

Fatores Facilitadores da Adoção de Políticas Públicas Subnacionais Voltadas para o Empreendedor Coletivo Autogestionário em Manaus

Autoria: Rodolpho Emerson Silva de Vasconcellos, Ricardo Roberto Behr

RESUMO

Desde os anos 2000 os municípios brasileiros têm em regra adotado políticas públicas menos ortodoxas no campo da geração de trabalho e emprego. O impulso na esfera subnacional nesse sentido é reflexo do recente rompimento, em nível federal, com a idéia de que a forma hegemônica de trabalho (assalariada; capitalista) é que garantiria os empregos necessários à manutenção e desenvolvimento do ciclo econômico.

A partir dessa ruptura, maior tem sido o número de municípios implantando políticas voltadas para a economia popular e solidária. Este artigo busca elencar quais são os fatores facilitadores da adoção dessas políticas subnacionais voltadas para o empreendedor coletivo autogestionário.

Com tal objetivo em mente, o autor faz uso do marco teórico de Marta Farah, cujo arcabouço teórico e as estruturas analíticas privilegiam o papel dos atores locais na disseminação de políticas.

Como fonte de evidências, realizaram-se entrevistas com atores imersos na economia solidária local, procurando conhecer o fenômeno sob a perspectiva dos gestores públicos e da sociedade civil mobilizada. Isso foi feito para evitar que as entrevistas pudessem sobrevalorizar determinados fatores influenciadores ou determinadas ações de qualquer um dos segmentos. E para o tratamento dos dados, as entrevistas foram transcritas e passaram pelo procedimento metodológico proposto por Bardin de análise de conteúdo.

A escolha do caso de Manaus se deu pela assunção de que o fator proximidade a outros municípios que implantaram políticas de economia solidária não explicaria a sua implantação na capital manauara.

Os principais fatores encontrados como estimuladores da criação de tal política no município de Manaus foram a criação Secretaria Nacional de Economia Solidaria (SENAES); a emergência de um movimento social empoderado na cidade, bem como os alguns incentivos políticos. Além disso, elencaram-se outros fatores como a concentração de renda e o abismo social existente – problema comum em diversos municípios brasileiros; a autonomia conferida pela CF/88 ao município na formulação de políticas públicas; existência de sujeitos alijados das oportunidades existentes na cidade; a emergente percepção do fenômeno do desemprego e da pobreza sob uma nova ótica; o conteúdo da política pública de economia solidária e a sua capacidade de sanar ou amenizar antigos problemas do município; a emergência de fóruns, conferências, seminários e redes especializados no tema; o fato de Manaus estar localizada na Amazônia e a economia solidária ter como um de seus esteios a produção e o consumo sustentável; a ideologia do secretário do trabalho local.

INTRODUÇÃO

Os governos municipais brasileiros em regra têm adotado políticas públicas menos ortodoxas no campo da geração de trabalho e emprego desde o início dos anos 2000. No entanto, apesar da autonomia conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) aos municípios, inclusive para a criação de políticas públicas inovadoras, essa quebra de paradigmas não se deu de forma espontânea. O impulso na esfera subnacional nesse sentido é reflexo do recente rompimento, em nível federal, com a idéia de que a forma hegemônica de trabalho (assalariada; capitalista) é que garantiria os empregos necessários à manutenção e desenvolvimento do ciclo econômico.

A partir de tal ruptura, os empreendimentos econômicos populares ganharam maior atenção e incentivo do poder público. Prova disso é a ampliação das políticas de micro crédito e a recente institucionalização de nova figura jurídica que visa contemplar a formalização dos empreendedores “por conta própria” como doceiros, costureiras, artesãos e pipoqueiros, hoje nomeados Empreendedores Individuais (EI).

Todavia, chama a atenção, para efeitos deste artigo, mais do que qualquer iniciativa governamental voltada à economia popular, as políticas voltadas à economia popular e solidária ou, simplesmente, à economia solidária.

Economia solidária é o rótulo contemporâneo conferido, principalmente na América Latina, às unidades de produção e serviços geridos de forma cooperativada e autogestionária. Esses empreendimentos são diferentes dos demais por incorporarem um ideal de produção voltado para o ser humano que produz e que usufrui dos bens e serviços gerados, não para o capital – para o lucro –, para o qual estão voltadas as unidades produtivas, comerciais e financeiras convencionais.

Assim, os solidários produzem e comercializam associativamente com a utilização de sua própria força de trabalho (sem assalariarem terceiros), repartem a receita líquida nos termos dos critérios acordados coletivamente e sem a meta do máximo benefício econômico (lucro). Não há divisão de classes na produção – proprietários e assalariados – todos são sócios e administram o empreendimento em conjunto.

A não-reprodução de valores capitalistas e a auto-gestão são suas principais características, mas pode-se ainda adicionar a esse rol a autoridade derivada do consenso (da coletividade como um todo); a preferência pelo não-uso (ou uso mínimo) de regras padronizadas para atingir o controle social; relações sociais que tendem ao ideal de comunidade; “recrutamento de pessoal” pela coletividade baseado em valores como amizade, ideais político-sociais, atributos de personalidade, conhecimentos e habilidades homogêneas (ou passíveis de se atingir a homogeneidade); a ausência de hierarquias e carreiras; divisão mínima de trabalho; entre outras (ROTHSCHILD-WHITT, 1979).

Os coletivos de economia solidária materializam-se atualmente na figura de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, empresas falimentares ou em estágio pré-falimentar assumidas em autogestão pelos seus antigos funcionários, clubes de troca¹, LETS (Local Employment and Trading System – Sistema Local de Emprego e Comércio), entre outras possibilidades (MARTINS; CRUCIAL; ARAÚJO, 2006).

É importante, antes de prosseguir na discussão, diferenciar economia popular e economia

solidária. No tocante a economia popular, Icaza e Tiriba dão a seguinte definição:

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvida pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tantos materiais como imateriais [...] (ICAZA; TIRIBA, 2003, p.101, grifo nosso).

Podem-se incluir no rol de economia popular os mutirões; os clubes de troca; o revezamento para cuidar das crianças enquanto os pais estão trabalhando; a organização, pela associação de moradores, de cursos de formação profissional; e outros (ICAZA; TIRIBA, 2003).

Icaza e Tiriba (2003) lembram ainda que a partir das duas últimas décadas do século XX o termo economia popular vem sendo utilizado – de uma maneira geral – para fazer referência àqueles que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho assalariado ou que complementam sua renda trabalhando por conta própria (de maneira individual ou associativa). Logo, na perspectiva dos autores, também se enquadram como economia popular os malabaristas de sinal de trânsito, o catador de latinhas, as barraquinhas de cachorro-quente, mercadinhos (organizados familiarmente ou em pequenas associações) e outros. Cumpre ressaltar que os sujeitos da economia popular também trabalham contando com sua própria força de trabalho (ou associativamente) – não assalariam terceiros.

Nessa perspectiva, pode-se nomear economia popular qualquer forma de trabalho ou sobrevivência das camadas mais carentes da sociedade que fuja aos dois subsistemas predominantes da economia, em especial o empresarial-capitalista. Integram, por exemplo, a economia popular o artesanato e a agricultura familiar, desde que não se empregue força de trabalho como mercadoria.

Por fim, apesar de ser possível notar semelhanças entre a economia popular e a economia solidária, como no caso dos clubes de troca, inclusos no rol exemplificativo de ambas as definições, os empreendimentos de economia solidária são uma alternativa para a economia popular, mas não se confundem com ela (GAIGER, 1996). Um bom exemplo para ilustrar tal afirmativa são os catadores de latinhas, que caso se organizem de forma associativa ou cooperativa e passem a gerir coletivamente o empreendimento formalizado, tornam-se passíveis de incluir-se no rol dos empreendimentos econômicos solidários. Já o malabarista de sinal de trânsito, não pode incluir-se entre os solidários, pois não se trata de um empreendedor coletivo. Também não se pode incluir entre os solidários o revendedor de produtos importados (camelôs), pois não são unidades de produção ou serviços organizados de forma cooperativada e autogestionária.

Cumpre destacar que a economia solidária não é e muito menos não se restringe a “um modelo de produção restrito aos menos favorecidos”. Basta lembrar o caso das grandes empresas falimentares ou em estágio pré-falimentar que são assumidas pelos próprios trabalhadores em associação ou cooperativa e de gerindo-a de forma coletiva.

Outras importantes características dos coletivos de economia solidária são a tendência a buscar ou criar articulação econômica e política, visando manter ou expandir as unidades de produção existentes e expor à sociedade esse modelo alternativo de produção; a noção ampliada da eficiência na produção, que atinge a qualidade de vida no trabalho e fora dele; e os ganhos extra-econômicos, alcançados pelas ações de cunho educativo e cultural nos empreendimentos. Gaiger (2003, p.136) lembra que “essas virtudes não são determinadas,

mas constituem tendências e possibilidades, que se materializam com menor ou maior intensidade, de acordo com as condições objetivas e subjetivas em que se desenvolvem cada experiência.

A economia solidária trata-se, portanto, de um modelo alternativo em suas práticas de produção – um modelo não polarizador, mais inclusivo, menos alienanteⁱⁱ. Há ainda de se destacar a influência que esse modelo de produção exerce nos trabalhadores nele imersos, ou seja, no Empreendedor Coletivo Autogestionário. Não é difícil encontrar pessoas em tais empreendimentos que, apesar inclusive da falta de instrução educacional básica, são sujeitos que de certa maneira conduzem seu próprio destino, conhecem o âmago desta sociedade e influenciam a micro-sociedade da qual fazem parte.

O caráter gerador de empregos e inclusivo do solidarismo empreendedor vem encantando a sociedade e o poder público. Assim, em 2003, o presidente Lula cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Trata-se de uma secretaria especial subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), presidida pelo acadêmico e militante do movimento Paul Singer.

Não é por acaso que a secretaria especial foi criada no âmbito do MTE. França-Filho e Laville (2004, p.149) indicam que “na maioria das vezes, os debates suscitados por estas experiências [de economia solidária] articulam-se em torno dos empregos que elas criam. Esta é a razão pela qual esse termo aparece na maior parte dos casos associado às novas formas de trabalho e de geração de renda”. Mas vale lembrar que economia solidária não se resume a combate a pobreza e desemprego. Economia Solidária também é a formação de um novo capital social, emancipado e participativo na gestão e construção de seu próprio futuro. Os princípios da solidariedade e equidade, tão caros no modelo pré-capitalista ou pré-industrial de produção, também são importantes em coletivos de economia solidária.

Essa iniciativa impulsionou o avanço de programas subnacionais de economia solidária em todo o Brasil, especialmente naqueles municípios geridos por prefeitos filiados a partidos da base política do chefe do executivo federal (BITELMAN, 2008).

Sendo assim, apesar de ser um fenômeno relativamente recente em nosso país, alguns municípios brasileiros vêm estabelecendo políticas públicas voltadas ao fomento do solidarismo empreendedor. Multiplicaram-se as experiências instauradas, todavia, há lugares aonde essa “inovação” ainda não chegou. Daí vem o questionamento que orientou esta pesquisa: quais fatores explicam a difusão para um governo municipal de um programa diretamente voltado para atender ao Empreendedor Coletivo Autogestionário?

Optou-se por estudar o caso de Manaus, pois a cidade é pioneira no Estado do Amazonas e encontra-se geograficamente distante mesmo das cidades “vizinhas”ⁱⁱⁱ implantadoras desse tipo de política. Além disso, as maiores aglomerações de municípios que tenham implantado programas diretamente voltados à economia solidária encontram-se nas regiões sudeste e sul do Brasil (BITELMAN, 2008).

REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar do tema da difusão, disseminação ou transferência de políticas públicas já ser discutido há várias décadas no exterior – especialmente nos Estados Unidos –, no Brasil discussões sobre o tema são escassas.

Entre os autores mais centrais sobre o tema disseminação ou transferência de políticas (*policy diffusion* ou *policy transfer*) pode-se elencar Walker (1969), Gray (1973) e Collier e Messick (1975) indicando variáveis que poderiam afetar tal processo. Pode-se ainda adicionar a esse rol de clássicos o estudo de Crain (1966) (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2008).

O artigo de Walker (1969) lidera como a literatura mais citada (e central) em estudos sobre difusão de políticas, pois provê vários dos pilares para a reflexão sobre o tema. Assim nos informam Graham, Shipan e Volden (2008) em sua recente pesquisa sobre a difusão dos estudos sobre difusão de políticas.

No artigo de Walker (1969) são elencadas diversas variáveis que direcionam a adoção pioneira e o processo de difusão de idéias para novos serviços e programas de governo. São indicadas variáveis como o resultado das eleições do chefe do executivo (se foi uma eleição “apertada” ou não), composição do legislativo (qual a bancada preponderante, grupos de oposição e até procedência educacional dos representantes), porte da localidade (seu tamanho, saúde econômico-social e natureza cosmopolita) e sua localização geográfica (proximidade espacial a jurisdições inovadoras), presença de equipe competente e serviços de suporte.

Collier e Messick (1975) focam sua atenção na adoção de políticas pelos países, demonstrando duas abordagens para a emergência deste fenômeno. Uma abordagem explica a adoção de uma política por alcance de certos pré-requisitos (que podem ser condição necessária ou condição necessária e suficiente para a adoção). A outra abordagem, a da difusão, entende que a adoção de políticas pelos países se dá dentro de sistemas de comunicação e influência que confluem para que países imitem outros. A pesquisa considerou os dois padrões de difusão mais usados na literatura: a difusão hierárquica e a espacial. Uma de suas grandes contribuições é levantar que, na difusão hierárquica, há não só a típica difusão do centro para a periferia, como também da periferia para o centro.

Gray (1973), por meio de um estudo em três distintas áreas (direitos civis, bem-estar e educação), identificou o que existe tipicamente um padrão de curva de frequência acumulada em “S” que caracteriza a adoção de políticas. O que hoje se tornou fundamento para diversos outros estudos, encontrando respaldo empírico a tal comportamento (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2008). As duas grandes distinções desse estudo para o de Walker (1969) é que esse demonstra que as inovações (adoção de leis pelos estados) estão diretamente ligadas ao envolvimento ou influência da federação sobre os estados e à área que a inovação irá contemplar.

Crain (1966) realizou um estudo sobre a difusão do programas de fluoretação da água potável entre cidades norte-americanas. Fazendo uma analogia à teoria da influência interpessoal, o autor acredita que a influência que algumas cidades exercem sobre outras tendencia a adoção ou rejeição de determinados programas. O fator da proximidade geográfica na operação da difusão foi levado em consideração e termos qualificadores das cidades foram levantados, indicando que algumas cidades são líderes e outras seguidoras. O resultado da pesquisa indicou que grandes cidades e cidades com alto índice de população de “colarinho-branco” foram encontradas como mais influentes.

Entre os autores contemporâneos a estudar esse assunto, pode-se citar Rose (1991), Dolowitz e Marsh (1996 e 2000), James e Lodge (2003) e Weyland (2005).

Todavia, buscamos em autores nacionais os fatores que ajudam a explicar a disseminação de políticas públicas em contexto subnacional brasileiro. Encontraram-se os seguintes estudos: Paulics (2003 e 2004); Sugiyama (2004 e 2006); Wampler e Avritzer (2006); Manosalva (2006); Farah (2005, 2006a, 2006b, 2006c^{iv}, 2007); Silva (2007) e Bitelman (2008).

O marco teórico utilizado foi o de Marta Farah (2005, 2006a, 2008), pois ela concentra sua reflexão na disseminação de políticas em nível local de governo e ainda traz um arranjo sistematizado dos fatores que podem contribuir para a ocorrência da disseminação de políticas públicas. Foram seis os fatores elencados por Farah:

- a. **As características intrínsecas da inovação:** refere-se à sua capacidade de resolver problemas;
- b. **A natureza do problema enfrentado:** refere-se precipuamente à amplitude do problema, isto é, se é peculiar a uma só localidade ou também a outros locais;
- c. **A percepção do problema como prioritário:** refere-se a fatores intersubjetivos dos atores sociais e políticos;
- d. **Convergência de agendas:** refere-se à convergência entre a agenda de políticas públicas das localidades de onde provêm e a daquelas para onde se disseminam as políticas. A agenda local, por sua vez, é influenciada por outro conjunto de fatores:
 - os fatores estruturais (como globalização e crise fiscal, por exemplo),
 - a influência de agências externas (sobretudo condicionando financiamentos à implementação da política)
 - redefinição das atribuições dos municípios no quadro do federalismo brasileiro
 - a influência de outros atores sociais e políticos locais (como políticos, burocratas, especialistas e movimentos sociais);
- e. **O acesso a informação:** refere-se à emergência de seminários, consultorias, organizações internacionais, premiações de políticas inovadoras e redes, garantindo o acesso dos atores a políticas públicas inovadoras e que coadunam com os problemas enfrentados na esfera local;
- f. **O processo de seleção de políticas** pelos atores envolvidos no processo decisório nas localidades receptoras: refere-se ao condicionamento ou influência do arcabouço institucional e estrutural na ação dos atores. Aqui estão inclusos:
 - incentivos políticos,
 - incentivos financeiros,
 - estrutura institucional (ex. arcabouço legal existente),
 - características estruturais do local,
 - path dependency (legado de políticas prévias),
 - ideologia.

Os fatores elencados por Farah (2005, 2006a, 2008) nortearam esta pesquisa.

METODOLOGIA

Seguindo as indicações de Yin (2001), realizaram-se entrevistas com atores da economia solidária local como fonte de evidências. O pesquisador procurou evidências sobre os fatores que contribuíram para a disseminação do tema em questão sob uma dupla perspectiva: de um lado buscou-se conhecer o fenômeno na perspectiva dos gestores públicos e de outro lado na perspectiva do movimento social. Isso foi feito para evitar entrevistas que pudessem sobrevalorizar determinados fatores influenciadores ou determinadas ações de qualquer um dos segmentos. Nos elos de ligação dessas duas perspectivas, o pesquisador encontrou os fatores facilitadores da adoção políticas públicas subnacionais voltadas para o empreendedor

coletivo autogestionário em Manaus.

A análise de dados foi efetuada de forma explicativo-qualitativa (GIL, 2002), fazendo uso de técnicas de análise de documentos e de série sistemática de entrevistas de roteiro semi-estruturado.

O roteiro de pesquisa realizada com um membro do movimento social de economia solidária foi composto por questões abertas, que foram realizadas na ordem a seguir: Como surgiram os empreendimentos de economia solidária em Manaus? Quais foram as primeiras instituições a fomentar a criação dos empreendimentos? Quando o governo municipal passou a se interessar pela economia solidária? Como isso se deu? Qual foi o papel da mobilização política dos atores sociais na implementação da política?

O mesmo roteiro de pesquisa acima foi aplicado com um representante do poder público local, somente foram inclusos os seguintes questionamentos, visando conhecer um pouco mais da política implantada: Qual a política implantada? Fale um pouco sobre ela. Qual o objetivo da política? Quais as características dos beneficiados por essa política? Existe algum convênio ou repasse de verbas do governo federal ou estadual ou alguma entidade estrangeira para a prefeitura fomentar a criação e desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária? Há algum pré-requisito da prefeitura para receber esse repasse? Por que fomentar empreendimentos de economia solidária e não outro modo de geração de emprego e renda? Na visão da prefeitura, em que medida a economia solidária pode reverter ou amenizar o problema em discussão? Quais foram os principais atores responsáveis pela delineação da política pública de economia solidária em Manaus? Houve algum intercâmbio com a prefeitura de outra localidade na delineação da política? Como isso se deu?

Para o tratamento dos dados, as entrevistas foram transcritas e passaram pelo procedimento metodológico proposto por Bardin (2002) de análise de conteúdo^v, especificamente a denominada análise categorial. A categorização será realizada pela investigação dos temas, ou análise temática.

Seguindo o curso indicado por Bardin (2002), visando auxiliar a sistematização (agrupamento) dos dados, foram definidas categorias apriorísticas (pré-definidas antes das entrevistas com os sujeitos de pesquisa). As categorias de agrupamento foram extraídas do marco teórico utilizado nesta dissertação. Sem mais, as categorias apriorísticas delineadas para a análise temática foram as seguintes:

- Características Intrínsecas da Inovação;
- natureza do problema enfrentado;
- percepção do problema;
- formação da agenda local;
- acesso a informação;
- incentivos políticos;
- incentivos financeiros;
- estrutura institucional;
- características estruturais do local;
- legado de políticas prévias;
- ideologia.

A partir da interpretação dos dados obtidos por meio de entrevistas com atores locais, serão

extraídos os fatores que influenciaram a adoção de programas economia solidária na cidade de Manaus.

No próximo tópico serão apresentados os resultados desta pesquisa.

ANÁLISE DO CASO DE MANAUS

Características Intrínsecas da Inovação

Um importante fator para a disseminação da política pública de economia solidária para Manaus foi a emergência do tema como instrumento do gestor público como forma alternativa e inovadora de minimizar a pobreza e gerar emprego e renda.

As práticas mais comuns ou ortodoxas do poder local para aumentar a oferta de empregos no município são bastante conhecidas: atração de indústrias para o pólo industrial da cidade; o incentivo ao estabelecimento de arranjos produtivos locais; incentivos fiscais a determinados segmentos produtivos e etc. Visando alcançar parcela da sociedade que mesmo assim não consegue se inserir nessas oportunidades, as políticas públicas mais comuns giram em torno dos cursos de capacitação e empreendedorismo, como cursos de gratuitos de qualificação em ofícios como cabeleireiro, manicure e pedicure, pintura, costura, e outros; cursos que visam inclusão digital – para “preparar o trabalhador para o mercado de trabalho”; entre outros.

São políticas importantes atualmente; mas demonstram repertório de possibilidades de solução bastante restrito, na medida em que fomentam quase que exclusivamente geração de empregos na forma hegemônica (assalariada; capitalista).

Associado a isso, o poder público comumente envolve essas camadas mais carentes ou marginalizadas em “assistências sociais” e em “caridades” de todo o gênero. São ações respeitáveis do poder público, além de ser um dever constitucional. Mas devem prestar-se como assistência emergencial, sem, no entanto, reproduzir o mero assistencialismo, tão combatido em outros tempos (GAIGER, 1996).

A quebra da ortodoxia no campo da geração de trabalho em emprego veio em meados dos anos 2000, quando o governo federal rompeu a idéia de que a forma hegemônica de trabalho é que garantiria os empregos necessários à manutenção e desenvolvimento do ciclo econômico. Projetos sociais em nível federal como o Fome Zero e o Bolsa Família difundiram em Manaus e em diversos outros municípios brasileiros projetos e atividades mais voltadas para a economia popular.

Seguindo essa tendência a economia solidária passou a ser alvo de políticas públicas em âmbito local. Isso se deu à medida que as interferências no campo do trabalho deixaram um pouco o vertente da geração de empregos, e passaram a focar-se na geração de novas formas de produção e de geração de renda.

A capacidade da economia solidária de solucionar problemas sociais (de forma bastante distinta, como visto na introdução deste artigo), ao mesmo tempo em que se presta à redução do desemprego é um dos aspectos que chama a atenção do poder público. Esse é um dos fatores que estimulou a adoção de políticas voltadas ao Empreendedor Coletivo Autogestionário em Manaus.

Natureza do problema enfrentado

A existência de um problema comum a diferentes localidades também facilita a disseminação de políticas no combate a antigos problemas. No Brasil inteiro os problemas da exclusão social e do desemprego são temáticas bastante comuns. O segundo item merece destaque. Determinados grupos, menos favorecidos, por vezes não estão “qualificados” para assumirem determinadas vagas que o mercado porventura ofereça. Outros, para vencerem o desemprego e exercerem atividade que lhes garanta a subsistência, submetem-se a relações laborais cada vez mais precárias.

Em tese, o poder público municipal em toda a federação tenta combater tais males, por meio de políticas públicas voltadas para a criação de postos de trabalho e renda, bem como para a de capacitação do sujeito para as oportunidades criadas.

Recente relatório, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre América Latina e Caribe, reporta que o Brasil tem o terceiro maior índice de desigualdade em distribuição de renda da região, perdendo apenas para Bolívia e Haiti. No cenário mundial, somente alguns países da Ásia e África padecem de uma concentração de renda maior que a brasileira (PNUD, 2010). Essa polarização é patente no Brasil. E quanto mais polarizador é o sistema, maior o recrudescimento dos mais manifestos sintomas do modelo produtivo vigente: a exclusão social e o desemprego.

O problema “tratado” pela economia solidária é comum a muitas localidades, por isso, elevam-se as chances de esse tipo de política pública ser implementada em outros municípios. Esse foi mais um fator que facilitou a disseminação do programa de economia solidária para a capital do Amazonas.

Percepção do problema e a formação da agenda local

A influência dos atores sociais foi determinante na alteração da percepção do problema do desemprego e da pobreza e na formação da agenda governamental e de decisão local.

Em Manaus, o tema da economia solidária já permeava a agenda não-governamental desde a década de 1990. Para ratificar essa informação, destaca-se a ação da universidade. Assim como acontecia nos grandes centros em todo o Brasil, a academia local já desenvolvia os grupos produtivos autogestionários locais e seus empreendimentos, oferecendo-lhes assessoria multidisciplinar gratuita através da Unitrabalho.

Esse esforço, bem como o da Cáritas/Manaus e outras instituições apoiadoras, fez emergir grupos autogestionários fortes e mobilizados no município. Mais tarde, com o estímulo alavancado pela criação SENAES em 2003, as lideranças desses grupos passaram a requerer mais enfaticamente dos gestores municipais políticas públicas locais direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

Pode-se considerar como o marco da inserção do tema na agenda governamental local um debate sobre economia solidária com os candidatos a prefeito em campanha eleitoral para o pleito municipal que ocorreria em outubro de 2004 – cerca de um ano após a criação da SENAES.

Após uma aproximação mais incisiva do movimento social com os gestores da prefeitura visando o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a economia solidária, o prefeito gestor do município durante os anos 2005 a 2009, passou a direcionar mais ações voltadas à economia popular em Manaus. Entretanto, nessa gestão, não houve a instauração de políticas

direcionadas para a economia solidária na cidade.

O tema em voga somente adentrou na agenda de decisão local na gestão do município de Manaus para os anos de 2009 a 2013. No ano de 2009 foi criada a Divisão de Economia Solidária (DES), no âmbito da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEMTRAD – da prefeitura da capital, que foi responsável instauração do primeiro programa de Economia Solidária em Manaus.

Cunha e Cunha (2002, p.12) afirmam que “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo”. Foi exatamente isso que aconteceu na cidade.

É importante ressaltar que as políticas públicas de economia solidária foram implementadas na capital manauara por força de intensa negociação e pressão do movimento. A sociedade civil mobilizada foi responsável por incluir esse tema na agenda governamental e de decisão de Manaus. Vale destacar que Dolowitz e Marsh (1996) nomeiam “transferência coercitiva direta”, quando a disseminação decorre da pressão exercida por determinados grupos.

Acesso a informação

Acesso à informação também alavanca a disseminação de uma política inovadora. Nesse quesito, ganha ênfase o fator vizinhança ou proximidade a centros que implantaram a política. Todavia o fator proximidade a outros municípios não explica a sua implantação na capital manauara. Trata-se de mais de 700 quilômetros de distância (em linha reta) entre Manaus e o precursor mais próximo (Porto Velho/RO).

O que não quer dizer que as experiências implantadas em outras cidades não tenham influenciado a delineação da política em Manaus. O poder público local tem se aproximado de outras instituições e prefeituras buscando instrumentos para integrar a política pública local de economia solidária. Assim, no âmbito da prefeitura de Manaus, houve indícios de aproximação dos gestores a outros municípios em duas oportunidades: na delineação de um banco comunitário e na delineação do centro público de economia solidária (CP).

O município em questão encontra-se geograficamente isolado de centros de informação sobre o tema. Mas essa dificuldade é amenizada pela emergência de redes, como a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que interliga grande parte dos municípios e estados que já implantaram ou estão implantando esse tipo de política pública.

Não se podem olvidar as fontes de acesso à informação do próprio movimento de economia solidária. Aqui ganham destaque as redes, entidades e órgãos articuladores do próprio movimento, como a ANTEAG^{vi} e a Unisol Brasil^{vii}; bem como das ações articuladoras do governo federal como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) e o Projeto Brasil Local^{viii}; além de entidades instituições parceiras como a Superintendência (Delegacia) Regional do Trabalho (MTE) – que frequentemente oferece espaço físico para debates e ações do movimento.

Incentivos políticos

Os autores que elencam os incentivos políticos como fator que propicia ou dificulta a adoção de determinado programa costumam relacionar oposição entre os atores políticos e seus

respectivos partidos com a adoção de uma política (WALKER, 1969; SUGIYAMA, 2004; FARAH, 2005).

Em primeiro lugar, os incentivos políticos estão ligados à repercussão da adoção de um determinado programa, permitindo uma diferenciação positiva do gestor que o implementou com seus opositores. Mais importante ainda, de fato, é a repercussão eleitoral desse ato.

Os incentivos políticos de se criar esse programa municipal, no caso de Manaus, foram principalmente: atender a um pleito cumprido parcialmente pelo gestor anterior; obter apoio do movimento social em sua volta ao poder depois de dois fracassos sucessivos nas urnas, dado que no ápice político do gestor eram os populares seus maiores aliados; contemplar em sua gestão os programas sociais de um presidente que havia alcançado enorme aprovação de seu governo.

Incentivos financeiros

Outro fator que incentivou a criação da estrutura burocrática direcionada à economia solidária na prefeitura de Manaus, bem como o programa municipal voltado para o tema, foi a emergência de diversas instituições de fomento descentralizando de recursos para fomento de ações nessa área.

O ente mais importante nesse caso é a SENAES do governo federal, que lança editais e descentraliza recursos para a execução de ações voltadas para a economia solidária em nível local.

Estrutura institucional

Podem-se elencar dois aspectos da estrutura institucional brasileira que contribuíram para a implantação do programa de economia solidária pela prefeitura de Manaus: a autonomia conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) aos municípios e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Com relação ao primeiro aspecto, Farah (2005) lembra que determinadas estruturas institucionais conferem pouca autonomia ao ente administrativo mais local. Essa postura pode representar um obstáculo para a adoção ou disseminação de políticas públicas inovadoras. Segundo Farah (2005, p. 12, tradução nossa) “a transferência de algumas inovações em nível local não pode ocorrer em alguns países, na medida em que os municípios nesses países receptores não têm uma autonomia institucional para assumir a responsabilidade por políticas públicas”.

No Brasil isso não é um entrave, devido ao ímpeto descentralizante da CF/88. Segundo o ex-ministro Bresser Pereira,

Visando maior racionalização no uso de recursos, a Constituição de 1988 assegurou como princípio administrativo a descentralização da execução dos serviços sociais e de infra-estrutura, bem como dos recursos orçamentários para os estados e municípios. Consequentemente, estes últimos aumentaram sua participação na repartição da carga tributária [...] (BRASIL, 1995, p.26).

Nessa mesma linha de raciocínio, Abrucio (2005) destaca a condição diferenciada que a Carta Política de 1988 atribuiu aos municípios brasileiros. O autor lembra que, em um movimento contrário ao centralizador que perdurou durante o regime ditatorial, o constituinte do Brasil redemocrático conferiu ao ente federativo mais local – o município – o mesmo status jurídico

dos estados e da União.

Pela primeira vez na história, os municípios transformaram-se em entes federativos, constitucionalmente com o mesmo status jurídico que os estados e a União. Não obstante essa autonomia, os governos locais respeitam uma linha hierárquica quanto à sua capacidade jurídica – a Lei Orgânica, por exemplo, não pode contrariar frontalmente a Constituição estadual –, e são, no mais das vezes, muito dependentes dos níveis superiores de governo no que tange às questões políticas, financeiras e administrativas (ABRUCIO, 2005, p.47-48).

Diferentemente do que acontece em outras nações, os municípios brasileiros são entes federados autônomos. Esse status jurídico diferenciado facilita aos municípios a adoção de inovações no enfrentamento dos problemas locais – desde que estas não contrariem os ditames constitucionais.

O segundo ponto alavancado pela estrutura institucional brasileira deixa a esfera legal do Pacto Federativo e entra mais na parte empírica das relações intergovernamentais. Bresser Pereira, na sequência do que foi proferido pelo mesmo na citação acima, adverte que os entes federativos locais normalmente não fazem jus à autonomia que possuem:

[...] Entretanto, os avanços no sentido de conceder maior autonomia na execução de serviços e de favorecer as unidades subnacionais caminham lentamente, menos por falta de definição legal do problema, e mais pela crença arraigada na cultura política brasileira de que cabe à União promover diretamente o desenvolvimento social do país. Esta crença está em contradição com a profunda tradição municipalista brasileira, que vem do período colonial, e aos poucos vai sendo abandonada, à medida que os municípios, melhor dotados de recursos financeiros, vêm assumindo crescentes responsabilidades na área social (BRASIL, 1995, p.26).

Esse dado é muito importante para revelar um segundo aspecto da estrutura institucional brasileira que muito influenciou na proliferação de políticas públicas de economia solidária: os incentivos do Governo Federal para a implementação de determinadas políticas.

Vale lembrar que as atribuições do ente de nível federal (a União) e das unidades federadas (Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) estão fixadas por meio de uma distribuição de competências. O que mais importa para efeito desta dissertação é que a competência de “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” está expressamente fixada como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988). Sendo competência comum, a União deve exercer tal atribuição, além de direcionar, assessorar e financiar os entes subnacionais na sua execução.

Exercendo essa prerrogativa e atento ao caráter gerador de empregos e inclusivo do solidarismo empreendedor, o poder executivo federal criou no ano de 2003, durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa iniciativa impulsionou o avanço de programas subnacionais de economia solidária em todo o Brasil, especialmente naqueles municípios geridos por prefeitos filiados a partidos da base política do chefe do executivo federal (mais detalhes sobre a questão partidária serão dados no subtópico “Ideologia”).

Logo, a criação da SENAES incentivou a implementação da política pública de economia solidária em Manaus.

Características estruturais do local

No século XXI, a questão da floresta amazônica e da sustentabilidade são temas recorrentes nas diversas feiras, eventos, congressos, seminários realizados em Manaus. Sendo um dos esteios da economia solidária a produção e o consumo sustentável, a inclusão do tema entre as ações do poder público local tornar-se-ia relevante em algum momento.

O elevado valor simbólico da região nesta sociedade conjugado com a característica de responsabilidade social e ambiental da economia solidária é, logo, um dos fatores que confluiu para a introdução de políticas públicas em Manaus voltadas para um modo de produção diferenciado.

Ideologia

Modelos e experiências de produção alternativa ou anti-hegemônica estão em pauta nos ideais de esquerda desde a Conjuração dos Iguais de Graco Babeuf. Assim, a simpatia ou militância do gestor público por esses ideais pode alavancar a implantação de políticas públicas direcionadas para o Empreendedor Coletivo Autogestionário.

A afirmação do parágrafo acima é corroborada pelo mapa elaborado por Bitelman (2008), no qual demonstra que a maioria das localidades implantadoras de programas de economia solidária em 2007 estavam sob a gestão de prefeitos do Partido dos Trabalhadores (PT) ou faziam parte de uma coligação com o PT.

Tendo em vista que o prefeito que implantou tal política na cidade de Manaus não adotou uma fidelidade política ao longo de sua carreira pública, não se pode afirmar que a ideologia do partido político do gestor à época da implantação da política pública em voga – o Partido Trabalhista Brasileiro – tenha influenciado sua ação nesse sentido.

Mas as entrevistas realizadas durante a pesquisa apontaram que à época da formação das secretarias que comporiam a prefeitura, o prefeito disponibilizou uma secretaria para o movimento sindical. Assumiu a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEMTRAD) assumiu um gestor filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sendo assim, o pesquisador entende que a criação da política pública é também resultado da simpatia ou militância do secretário do trabalho com ideais de esquerda. Isso o estimulou a viabilizar em nível local uma secretaria que encampasse os projetos federais para a economia popular e solidária.

O caso de Manaus ratifica a tese de que elementos ideológicos têm também influenciado a disseminação de políticas públicas de economia solidária.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Rev. Sociologia e Política**, n.24, p. 41-67, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BITELMAN, Marina Farkas. **A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil**: Os casos de São Paulo e Osasco. 2008. 190f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV, São Paulo, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Ciência Política**. Tradução de Carmen C. Varriale et. al. 2v. 12. ed. Brasília: UNB, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, 1995.

COLLIER, David; MESSICK, Richard E. Prerequisites versus diffusion: testing alternative explanations of Social Security adoption. **The American Political Science Review**, v. 69, n. 4, p. 1299-1315, 1975.

CUNHA, Edite da Penha.;CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas Públicas Sociais. In: Carvalho, Alysso. *et al.* (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002. p. 11-25.

CRAIN, Robert L. Fluoridation: Diffusion of an innovation among cities. **Social Forces**, v. 44, n. 4, p. 467-476, 1966.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. **Political Studies**, v. 44, p. 343-357, 1996.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. **Governance: an international journal of policy and administration**, v. 13, n. 1, p. 5-24, 2000.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Dissemination of innovative cases: learning from sub-national programs in Brazil. In: UNDESA AD HOC EXPERT GROUP MEETING on “Approaches and methodologies for the assessment and transfer of best practices in governance and public administration”, 2005, Tunisia, **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan030367.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. Dissemination of Innovations: Learning from sub-national awards programmes in Brazil. In: ALBERTI, Adriana; BERTUCCI, Guido. (Orgs.). UNDESA. **Innovations in Governance and Public Administration**: replicating what works. New York: UNDESA, 2006a. p. 67-76.

_____. Dissemination of local governments policies and programs in Brazil: the contribution of the Public Management and Citizenship Program. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION – LASA, 26., 2006, San Juan, **Anais...** San Juan, LASA, 2006b. 1 CD-ROM.

_____. Disseminação de Políticas Públicas e Programas Governamentais no Nível

Subnacional de Governo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PODER LOCAL: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DE TERRITÓRIOS, 10., 2006, Salvador, **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006c. 1 CD-ROM.

_____. Continuidade e disseminação de inovações na gestão pública subnacional no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 12., 2007, Santo Domingo. **Anais eletrônicos...** Disponível em:
<www.enap.gov.br/downloads/clad_marta.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2010.

_____. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. **O&S**, v.15, n. 45, p. 107-126, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____ (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 101-126.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-143.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAHAM, Erin, SHIPAN, Charles R., VOLDEN, Craig. **The Diffusion of Policy Diffusion Research**. Ohio State University e The University of Michigan, versão preliminar, não publicada, 2008. Disponível em: <<http://psweb.sbs.ohio-state.edu/faculty/cvolden/GSVDiffusionResearch.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2010.

GRAY, Virginia. Innovation in the states: A diffusion study. **The American Political Science Review**, v. 67, n. 4, p. 1174-1185, 1973.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 101-109.

JAMES, Oliver; LODGE, Martin. The limitations of 'Policy Transfer' and 'Lesson Drawing' for public policy research. **Political Studies Review**, v.1, p. 179-193, 2003.

MANOSALVA, Andrés. **Trends in policy transfer in local governments in Brazil**. 2006. 131 f. Dissertação (Master of Arts in Communication Studies/Latin American Studies) - University of Texas, Austin, 2006.

MARTINS, Cláudia Herrero; CRUCIAL, Cristiane Vercesi; ARAÚJO, Evandro José da Cruz. Economia de Comunhão e Economia Solidária: uma distinção de conceitos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

PAULICS, Verônica. **Disseminação do Programa de Garantia de Renda Mínima no Brasil**

(1991-1997). 2003. XXX f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas/Eaesp, São Paulo, 2003.

_____. Disseminação de experiência de gestão pública – o caso do Programa de Renda Mínima no Brasil (1991-1997). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.34, 2004.

PNUD (ONU). **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010** - Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad, 2010. New York: Editorama, 2010.

ROSE, Richard. What is lesson drawing? **Journal of Public Policy**, v. 11, n. 1, p. 3-30, 1991.

ROTHSCHILD-WHITT, Joyce. The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 44, p. 509-527, 1979.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. **Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas/Eaesp, São Paulo, 2007.

SUGIYAMA, Natasha Borges. Political Incentives, Ideology and Social Networks: The diffusion of social policy in Brazil. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION – LASA, 25., 2004, Las Vegas, **Anais...** Las Vegas, LASA, 2004. 1 CD-ROM.

_____. Ideology & networks: social policy diffusion in decentralized Brazil. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION – LASA, 26., 2006, San Juan, **Anais...** San Juan, LASA, 2006. 1 CD-ROM.

WALKER, Jack L. The Diffusion of Innovations Among the American States. **The American Political Science Review**, v. 63, n. 3, p. 880-899, 1969.

WAMPLER, Brian; AVRITZER, Leonardo. The spread of Participatory Democracy in Brazil: From Radical Democracy to Participatory Good Government. **Journal of Latin American Urban Studies**, v. 7, p. 37-52, 2006.

WEYLAND, Kurt G. Theories of policy diffusion: Lessons from Latin American pension reform. **World Politics**, v. 57, n. 2, p. 262-295, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ⁱ Não se trata de escambo propriamente dito, pois há utilização de moeda. Utiliza-se uma moeda própria, não a oficial da localidade (porque esta necessitaria de capital previamente acumulado pelos membros, para “comprar” os produtos/serviços dos outros membros). A moeda recebe o nome da ideologia do clube: green dólar, real solidário, hora de trabalho, etc. O clube de troca gera, assim, um mercado que antes só existia em potencial (SINGER, 2002a).

ⁱⁱ “O uso recorrente do termo [alienação] designa, frequentemente, em forma genérica, uma situação psicossociológica de perda da própria identidade individual ou coletiva, relacionada com uma situação negativa de dependência e de falta de autonomia” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p.20).

ⁱⁱⁱ Verificou-se que na região norte brasileira as principais referências no que tange as políticas públicas desse gênero são Porto Velho, capital de Rondônia; em Rio Branco, capital do Acre; e em Palmas, capital do Tocantins. Não se pode deixar de elencar a experiência, em Belém do Pará, do Banco do Povo, nome popular

-
- pelo qual é conhecido o Fundo Ver-o-Sol. Não é direta e expressamente um programa de economia solidária, mas atende aos empreendedores com esse perfil.
- iv Este artigo foi apresentado no X Colóquio de Poder Local (ocorrido em 2006), que contou com uma sessão sobre disseminação de políticas. Isso demonstra o quanto o tema vem ganhando importância na literatura acadêmica nacional recentemente. Outros artigos importantes foram apresentados, mas este será o representante, nesta dissertação, de todos eles.
 - v Existem várias técnicas desenvolvidas na análise de conteúdo. São elas a análise categorial (cuja mais recorrente possibilidade de categorização é a por análise temática), análise de avaliação, análise da expressão, análise das relações e análise da enunciação.
 - vi Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.
 - vii União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil.
 - viii Trata-se de um projeto do governo federal, através da SENAES, de articulação e desenvolvimento dos grupos produtivos autogestionários. O projeto Brasil local criou a figura dos Agentes de Desenvolvimento: “Eles são escolhidos pelas próprias comunidades, participam de capacitação em economia solidária oferecida pelo governo federal e atuam como interlocutores dos grupos produtivos”. Fonte: SENAES.